

# ENSINO REMOTO, PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA REDE ESTADUAL DA BAHIA

Micaela Balsamo de Mello (UFBA) [mikabalsamo@gmail.com](mailto:mikabalsamo@gmail.com)  
Catarina Cerqueira de Freitas Santos (UFPE) [ctacerqueira@hotmail.com](mailto:ctacerqueira@hotmail.com)

**RESUMO:** O trabalho objetiva problematizar a plataformização da educação na implementação Reforma do Ensino Médio na rede estadual da Bahia, considerando as experiências de uma escola-piloto que vivenciou o ensino remoto no ano de 2021. Partindo de uma revisão de literatura e da análise de conteúdo da entrevista realizada com a coordenação pedagógica, os resultados apontam para o aprofundamento da responsabilização, controle e intensificação do trabalho docente, em sintonia com a presença das características da Nova Gestão Pública na educação.

**Palavras-Chave:** Ensino Remoto; Plataformização; Reforma do Ensino Médio.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho teve por objetivo problematizar a plataformização na educação a partir da identificação de desafios encontrados na implementação da Reforma do Ensino Médio da rede estadual da Bahia, tendo em vista o contexto pandêmico que estabeleceu o ensino remoto no ano de 2021.

Compreendemos que “as plataformas são infraestruturas combinadas de softwares e hardwares, de propriedade privada ou pública, alimentadas por dados, automatizadas e organizadas por meio de algoritmos digitais” (Gonsales, 2020, p. 125). A presença das plataformas em diferentes âmbitos sociais é uma característica do Capitalismo de Vigilância, conceituação utilizada por Zuboff (2018) para explicar a captura de dados do comportamento humano por meios digitais. Na educação, as plataformas se apresentam sob a ótica do solucionismo tecnológico (Morozov, 2018) com fortes implicações para o trabalho docente.

O estudo concentrou-se em uma escola que integrou o grupo das escolas-piloto da Reforma do Ensino Médio na Bahia. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista semi-estruturada, direcionadas à coordenadora pedagógica, e da análise do conteúdo conforme procedimentos indicados por Bardin (1977).

## DESENVOLVIMENTO

A Nova Gestão Pública (NGP), como estratégia para conformar a hegemonia do neoliberalismo na gestão pública, vem ganhando espaço nas políticas educacionais

especialmente a partir das últimas cinco décadas (Mello; Santos; Pereira, 2023), impondo aos profissionais da educação o controle e intensificação do seu trabalho (Pereira, Santos, Nunes, 2022). Em consonância com os pressupostos da NGP, a Reforma do Ensino Médio (EM) tem propiciado a inserção de propostas que se articulam com os princípios de gestão do mundo empresarial.

Na Rede Estadual da Bahia, a implementação da Reforma do EM nas escolas-piloto ocorreu em 2021 de forma remota por conta da pandemia de COVID-19. Foi criado o “Protocolo da Educação para o ano letivo 2020-2021”, que, entre outras orientações, estabeleceu que a carga horária dos anos letivos de 2020 e 2021 seria condensada em 2021 (BAHIA, 2021). Sobre o ensino remoto, Cunha e Costa (2021, p. 25), indicam-o como “uma saída para o período de isolamento social, ele permite a conectividade com os alunos, garantindo uma proximidade e promovendo o ensino em tempos pandêmicos”. Os autores advertem, contudo, para o fato de que nem todos os alunos e docentes tinham acesso à tecnologia e à internet de qualidade. Cabe destacar que as estratégias ofertadas pela SEC envolveram a responsabilização dos professores e das escolas, posto que “aos docentes coube desafios não previstos em suas formações e a necessidade de improviso e readequação diárias na batalha por um processo educacional de qualidade” (Cunha; Costa, 2021, p. 89).

A partir da percepção da coordenadora pedagógica da escola analisada, verificamos que a associação do ensino remoto às mudanças curriculares provocadas pela Reforma do EM desnudou problemas crônicos de conectividade, além de repercutir sobremaneira na relação entre trabalhadores da educação e as tecnologias digitais. Também foi possível observar uma proliferação de cursos ofertados por organizações de interesse privado, visando adequar os docentes à nova rotina mediada por tecnologia, permitindo a materialização da privatização da educação também na dimensão do conteúdo e da organização do trabalho docente (Peroni, 2018).

Cunha e Costa (2021) apontam que 81% dos profissionais indicaram que houve aumento da carga horária de trabalho, principalmente pelas atividades de escrever/responder e-mail/WhatsApp e planejar/preparar aulas em plataformas digitais. Os dados coletados indicam que na escola investigada as aulas estavam acontecendo via *meet*, uma ferramenta de reuniões pertencente ao Google. O *Google Sala de Aula*, que integra o conjunto do *Google Workspace for Education Fundamentals*, foi amplamente utilizado pela rede para operacionalizar o ensino remoto<sup>1</sup>. Desde 2017, a SEC tinha o projeto E-Nova Educação, fruto de uma parceria com a

---

<sup>1</sup> <http://www.educacao.ba.gov.br/midias/videos/desbravando-o-google-sala-de-aula>

Google, que, além de ofertar e-mail institucional, disponibilizou um conjunto de serviços e aplicativos de suporte pedagógico. Com o advento do ensino remoto, o que antes eram ferramentas complementares, tornaram-se centrais no desenvolvimento do trabalho pedagógico. Coadunando com este achado, Adrião e Domiciano (2020) destacam que houve um aumento de 150% do uso de plataformas digitais privadas pelas redes estaduais no Brasil desde o início da pandemia. Os dados da pesquisa apontaram que só a Google está presente em 77% dessas redes. As autoras analisaram que o domínio das plataformas digitais privadas pode acarretar em graves consequências para a gestão democrática, considerando a “ausência de controle e transparência sobre os dados e os ‘algoritmos’ deles decorrentes” (Adrião, Domiciano, 2020, p. 677).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados coletados aponta que, ainda que em condições adversas, a escola construiu iniciativas que buscavam superar as limitações impostas pelas desigualdades da rede estadual de ensino da Bahia. Tais iniciativas representaram muitas vezes o encargo de assumir a responsabilidade por ações que são de atribuição do Estado. Os relatos dos profissionais da educação apontam para sobrecarga e intensificação do trabalho.

Ademais, o contexto pandêmico foi oportuno para a normalização de situações de exceção e para a implementação de políticas educacionais gerencialistas, como a reforma do Ensino Médio. As plataformas privadas ganharam maior espaço e capilaridade na organização do trabalho pedagógico e no controle do trabalho docente. De certa maneira, a turbulência da pandemia serviu para “ir passando a boiada e ir mudando todo o regramento”<sup>2</sup>, ampliando a inserção da NGP na educação.

### REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; DOMICIANO, C. A. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 670-687, set./dez, 2020.

BAHIA. Educação Integral em Tempo Integral. **Jornada pedagógica 2021**. Secretaria de Educação do Estado da Bahia, Salvador, 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

---

<sup>2</sup> Frase dita pelo então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, na reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, e tornada pública por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

CUNHA, A. L. S.; COSTA, G. B. A. **Relatório de pesquisa [livro eletrônico]: Os desafios de ser professor(a) durante a pandemia da COVID-19 na Bahia.** 1a ed. Universidade do Estado da Bahia, Caetité, 2021.

GONSALES, M. **Indústria 4.0: empresas plataformas, consentimento e resistência.** In: ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020, p.125-137

MELLO, M. B.; SANTOS, C. C. F; PEREIRA, R. S. A outra face da era digital: Nova Gestão Pública e controle do trabalho docente. **Retratos da Escola, [S. l.]**, v. 16, n. 36, p. 899–916, 2022. DOI: 10.22420/rde.v16i36.1642.

MOROZOV, E. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política.** São Paulo: Ubu, 2018.

PEREIRA, R. S.; SANTOS, C. C. F; NUNES, R. S. Intensificação do Trabalho dos Diretores Escolares de Salvador e Região Metropolitana. **Revista Brasileira De Política E Administração Da Educação - Periódico científico Editado Pela ANPAE, [S. l.]**, v. 38, n. 00, 2022. DOI: 10.21573/vol38n002022.119233.

PERONI, V. M. V.. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras, [s.l.]**, v. 18, p. 1-27, 2018.

ZUBOFF, S.. **Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação.** In: BRUNO, F. et al. **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem.** São Paulo:Boitempo, 2018, p. 17-68.